

Opiniões e comportamento da população às medidas de enfrentamento da Covid e seus impactos nos grupos mais vulneráveis

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Em outubro de 2022, a pandemia parecia estar no fim, graças à vacinação em massa. Entre estes dois períodos mais de 6,5 milhões de pessoas perderam a vida, 680 mil delas, no Brasil.

Antes mesmo da decisão da OMS foi decretada, no Brasil, a Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 que dispunha sobre as medidas que poderiam ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Esta Lei facultava às autoridades, no âmbito de sua competência, adotar medidas como o isolamento e a quarentena. O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Nº 46.973 de 16 de março de 2020 regulamentou a norma federal estabelecendo o “isolamento social” no estado, isto é, medidas de restrição a atividades coletivas com a recomendação que as pessoas só deixassem suas residências para atividades essenciais.

Essas medidas de enfrentamento à pandemia da COVID-19 que, em um primeiro momento diminuem a velocidade de propagação do vírus aliviando os serviços de saúde, em um segundo momento geram impactos sociais e econômicos negativos. O principal impacto se dá no emprego e na renda devido à paralisação da atividade econômica. O acesso à alimentação também é impactado já que milhões de crianças dependem de refeições nas escolas. Idosos e portadores de necessidades especiais que dependem de cuidadoras necessitam de alternativas. A população em situação de rua e a população carcerária são outros grupos especialmente vulneráveis às medidas de isolamento.

Algumas medidas foram tomadas para dar assistência a esses grupos mais afetados. A Lei 13.982 de 2 de abril de 2020, por exemplo, além de ampliar para $\frac{1}{2}$ salário-mínimo o limite para recebimento do Benefício de Prestação Continuada, instituiu o auxílio emergencial de R\$ 600 para trabalhadores informais, desempregados, microempreendedores individuais (MEIs) de famílias de baixa renda e trabalhadores intermitentes que estejam inativos no momento e, portanto, sem receber.

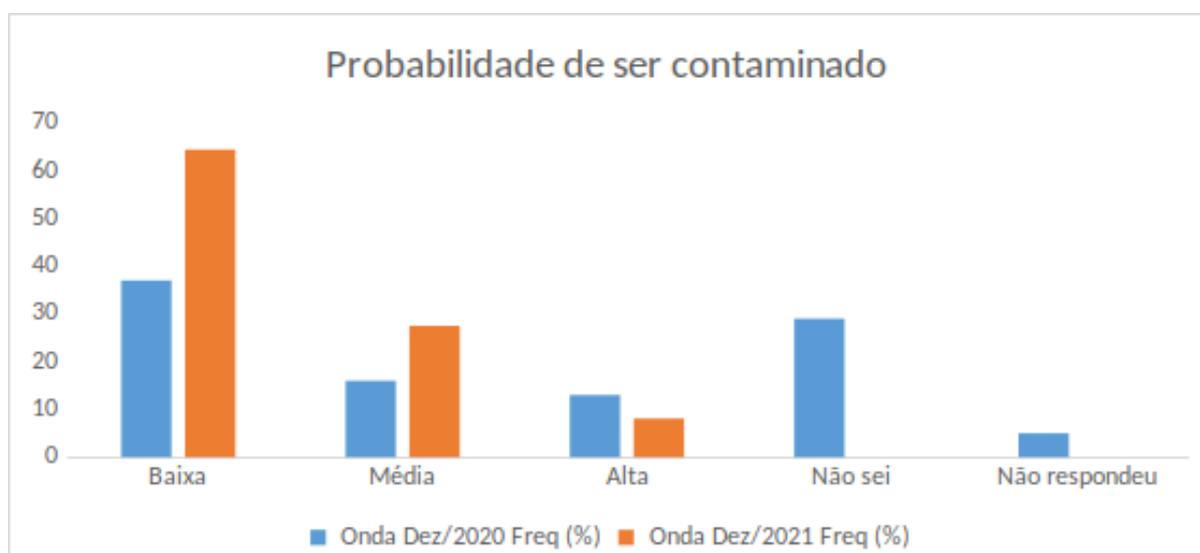
Essas são algumas de muitas medidas que estão sendo tomadas para prevenir o impacto negativo das medidas de combate à pandemia e se alinham a medidas tomadas em outros países. Todas foram adotadas em um período inferior a um mês. A presente pesquisa, efetuada pelo IESP-UERJ, procura jogar luz sobre o impacto da pandemia no dia a dia da população fluminense. Procuramos entender o impacto da doença na saúde e no cotidiano dessa população, como ela avalia o risco da doença, o grau de adesão e apoio às medidas dos governos, como ela avalia a atuação do governo e como os segmentos mais vulneráveis, como idosos, crianças e portadores de necessidades especiais foram afetados.

Para verificar o impacto da doença optamos por entrevistar amostras representativas da população fluminense em dois momentos da pandemia, dezembro de 2020 e dezembro de 2021. Cada onda de entrevistas contou com amostra de perto de 1000 indivíduos, o que garante uma margem de erro de 3%. A amostra foi selecionada pela empresa de pesquisas Netquest e as entrevistas foram feitas online por meio de questionário eletrônico elaborado por nós e aplicados pela empresa em ambiente próprio.

Percepção da doença e das medidas sanitárias: a influência da política

Entre as duas ondas da pesquisa, dezembro de 2020 e dezembro de 2021, a proporção da amostra que declarou ter testado positivo para a doença foi, respectivamente 4,7% e 13% do total. Este último valor se aproxima da proporção de casos reportados no estado do Rio de Janeiro até outubro de 2022 (17%) e a diferença entre os períodos reflete a evolução da doença.

A comparação das respostas nas duas ondas nos mostra como a percepção sobre a doença mudou conforme aumentava a proporção de pessoas infectadas. Uma diferença que chama a atenção é quanto à percepção do risco de contágio. No final de 2020, 29% dos entrevistados não sabia dizer se a probabilidade de ser contaminado era alta, média ou baixa. No final de 2021, ninguém tinha mais dúvida e 64% achava que a probabilidade era baixa, contra 37% em 2020.



Essa mudança de percepção teve forte componente político.

Dentre aqueles que votaram no presidente da república, Jair Bolsonaro, a proporção dos que achavam que a probabilidade de contágio era baixa passou de 34% para 70%. Entre aqueles que votaram em Fernando Haddad, o principal adversário de Bolsonaro nas eleições, a proporção que achava baixa a probabilidade de contágio passou de 39% para 58%. Há uma diferença significativa de 12% entre os eleitores dos dois candidatos que pode refletir os diferentes posicionamentos das lideranças políticas quanto às medidas de enfrentamento da Covid.

Probabilidade de contágio e voto em 2018

	Onda Dez/2020										Onda Dez/2021									
	Baixa		Média		Alta		Não sei		NR		Total	Baixa		Média		Alta		Total		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Jair Bolsonaro	155	34	77	17	63	14	133	29	24	5	452	100	303	70	103	24	27	6	433	100
Fernando Haddad	72	39	34	19	22	12	45	25	11	6	184	100	113	59	67	35	13	7	193	100
Não lembro	35	37	13	14	7	7	38	40	2	2	95	100	63	64	28	29	7	7	98	100
Não votei	91	39	34	15	32	14	67	29	9	4	233	100	166	60	77	28	34	12	277	100

A perspectiva sobre a evolução da doença também foi fortemente impactada pela política. Enquanto 76% dos eleitores de Haddad achavam, em 2020, que a doença pioraria, 49% dos eleitores de

Bolsonaro compartilhavam esta visão. No final de 2021 as visões já estavam alinhadas com 64% de eleitores de Haddad e 72% de eleitores de Bolsonaro achando que a situação continuaria a mesma.

Percepção da doença e voto em 2018

	Onda/Dez 2020										Onda/Dez 2021									
	Piorando		Melhorando		Nem piorando nem		Não sei		Total		Piorando		Melhorando		Nem piorando nem		Não sei		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Jair Bolsonaro	220	49	92	20	123	27	17	4	452	100	13	3	93	22	311	72	16	4	433	100
Fernando Haddad	140	76	5	3	31	17	8	4	184	100	13	7	52	27	123	64	5	3	193	100
Não lembro	46	48	8	8	32	34	9	10	95	100	5	5	35	36	50	51	8	8	98	100
Não votei	136	58	17	7	70	30	10	4	233	100	33	12	92	33	136	49	16	6	277	100

Embora a política também tenha impacto na adesão às medidas sanitárias, com cerca de 70% de eleitores de Bolsonaro contra 95% dos eleitores de Haddad concordando com a obrigatoriedade do uso da máscara, esta adesão se mostrou alta, tanto no caso do uso de máscaras, com mais de 80% dos entrevistados concordando com sua obrigatoriedade, quanto com a aprovação às medidas de isolamento social, consideradas adequadas pela maioria dos entrevistados.

Uso de máscara e voto em 2018

	Onda Dez/2020										Onda Dez/2021											
	Concordo totalmente		Concordo em parte		Discordo em parte		Discordo totalmente		Não tenho opinião		Total		Concordo		Não concordo nem discordo		Discordo		Não tenho opinião		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Jair Bolsonaro	336	74	65	14	25	6	23	5	3	1	452	100	304	70	65	15	60	14	4	1	433	100
Fernando Haddad	173	94	6	3	2	1	1	1	2	1	184	100	181	94	7	4	5	3	0	0	193	101
Não lembro	79	83	10	11	1	1	1	1	4	4	95	100	81	83	8	8	7	7	2	2	98	100
Não votei	200	86	19	8	5	2	6	3	3	1	233	100	228	82	25	9	16	6	8	3	277	100

Em 2020, antes do começo da vacinação contra a Covid, 57% dos entrevistados tinham certeza de que se vacinariam. Essa certeza guardava relação com a religião, 64% dos católicos se vacinariam com certeza, contra 47% de evangélicos, e com a política com 75% dos eleitores de Haddad dispostos a tomar a vacina, contra 45% dos eleitores de Bolsonaro. Em 2022, 96% da amostra declarou ter se vacinado o que mostra que a campanha de vacinação surtiu efeito, mesmo entre os mais refratários.

Pretende tomar vacina				Você já foi vacinado?			
Onda Dez/2020				Onda Dez/2021			
	N	%		N	%		%
Com certeza vai tomar	545	57	Sim	965	96		
Talvez vai tomar	209	22	Não	360	4%		
Não vai tomar	94	10	Total	1001	100%		
Não sei	116	12					
Total	964	100					

Pretende tomar vacina/Tomou vacina e religião

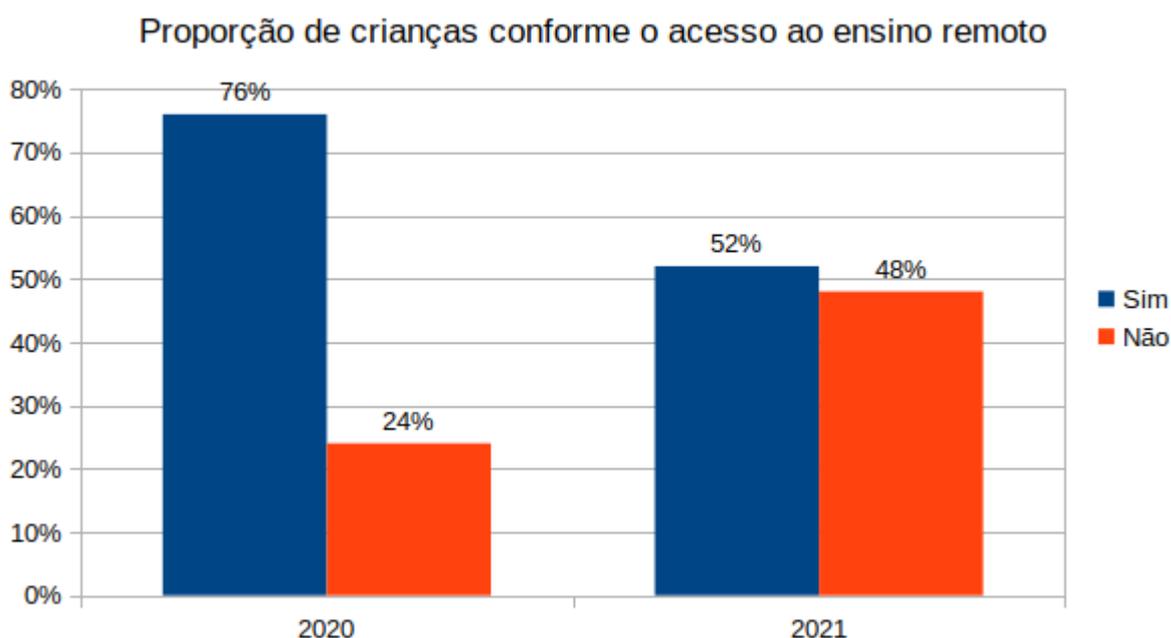
	Onda Dez/2020										Onda Dez/2021					
	Com certeza vai tomar		Talvez vai tomar		Não vai tomar		Não sei		TOTAL		Sim		Não		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Evangélica	137	47	72	25	37	13	48	16	294	100	306	96	14	4	320	100
Católica	204	64	59	19	27	9	29	9	319	100	302	97	8	3	310	100
Outras	101	61	31	19	16	10	17	10	165	100	149	97	5	3	154	100
Não tenho religião	103	55	47	25	14	8	22	12	186	100	208	96	9	4	217	100

No período entre as duas ondas de entrevistas o número de casos de Covid quase que triplicou. Neste período a população fluminense passou a ter mais informações sobre a doença e foi capaz de avaliar sua gravidade. Essa população aderiu às medidas de contenção da doença e, quando as vacinas se tornaram disponíveis, se vacinou. Apesar disso, é notável as diferenças de percepção entre entrevistados de distintas preferências políticas. O voto do entrevistado em 2018, foi a única das variáveis, com exceção da relação entre religião e vacina, que mostrou ter alguma relação com o modo com que os ele percebeu a pandemia. Eleitores do atual presidente tendiam a minimizar os riscos da doença, eram mais otimistas quanto à sua evolução e estavam menos dispostos a se vacinar. Isso não impediu que, na sua maioria, apoiassem as medidas sanitárias e na sua quase totalidade, se vacinassem.

O impacto da pandemia nas crianças, idosos e pessoas com deficiência

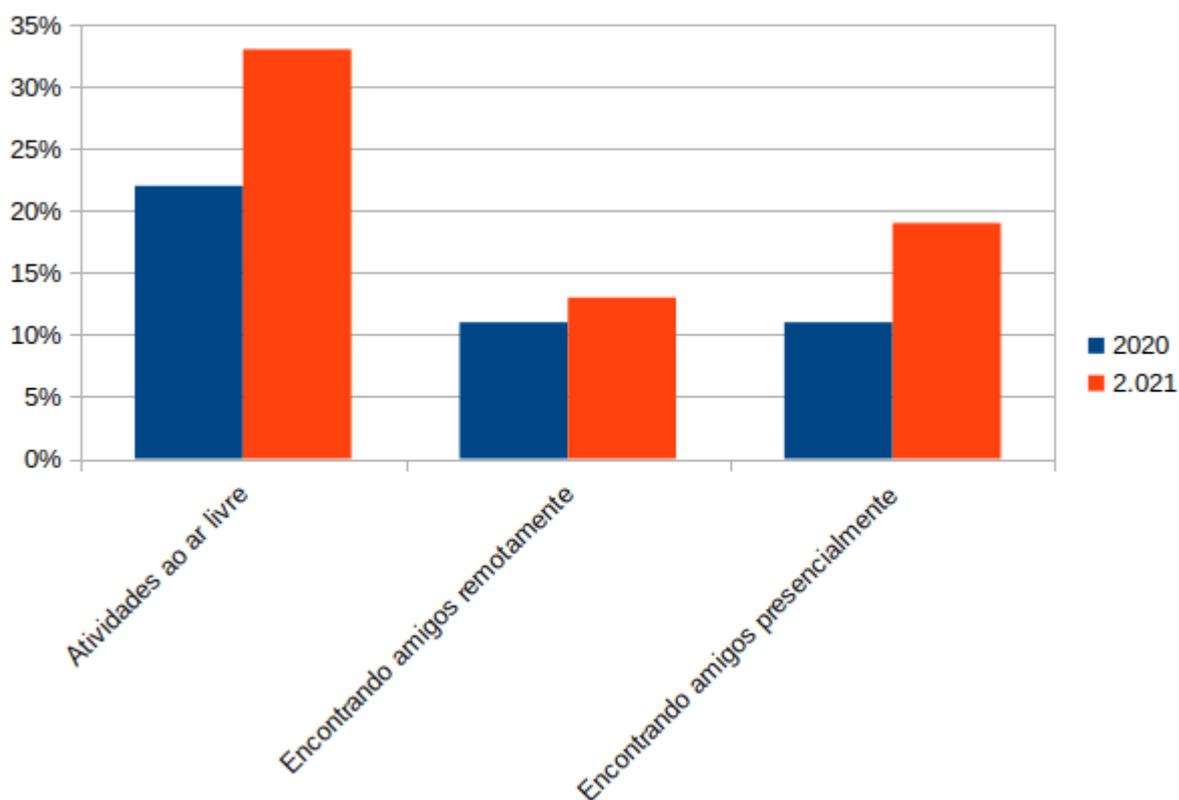
Um dos objetivos da pesquisa era monitorar o impacto da pandemia em alguns dos grupos mais vulneráveis da sociedade. Nas duas ondas do survey perguntamos aos entrevistados sobre a presença de crianças, idosos e pessoas com deficiência em sua residência, e se as atividades e cuidados a essas pessoas permaneceram os mesmos depois da adoção de medidas de isolamento social

Em dezembro de 2020, 357 entrevistados disseram ter crianças em casa, número próximo aos 371 que responderam o mesmo em dezembro de 2021. Durante os piores momentos da pandemia as escolas cumpriram o isolamento social e interromperam as atividades presenciais. Perguntamos aos entrevistados se as crianças estavam realizando as atividades escolares remotamente. Em dezembro de 2020, 76% dos entrevistados com crianças disseram que sim, as crianças faziam atividades escolares online, enquanto 24% disseram que não. Já em dezembro de 2021, 48% dos entrevistados disseram que as crianças em sua casa não estavam fazendo atividades escolares de modo remoto.



As crianças foram impactadas também em sua sociabilidade e em seu momento de lazer. 22% dos entrevistados, em 2020 e 33% em 2021, disseram que suas crianças estavam praticando atividades de lazer ao ar livre. Nas duas ondas menos de 20% das crianças estavam se encontrando com amigos quer presencialmente, quer por meio online.

Atividades das crianças durante a pandemia



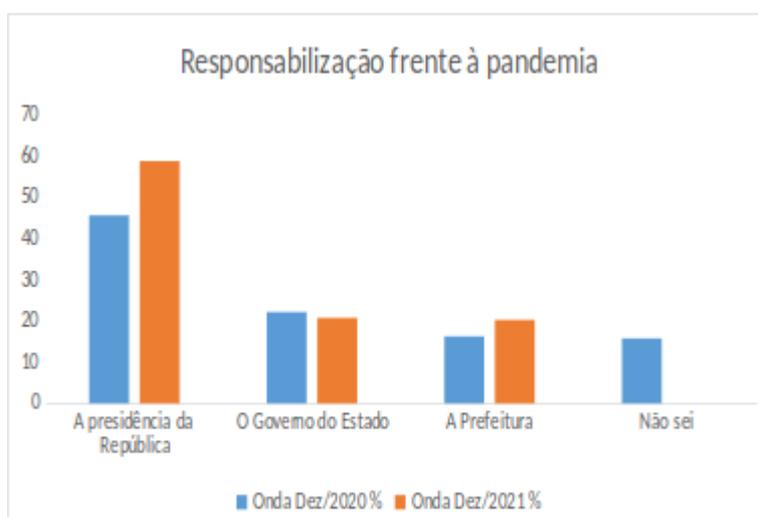
Idosos e pessoas com deficiência não tiveram, em sua maioria, descontinuidade de cuidados. Os raros casos em que isso ocorreu deveu-se à fechamento de clínicas, falta de recursos financeiros para procurar atendimento e, principalmente, o medo de se contaminar no local em que o cuidado era prestado (geralmente em clínicas e hospitais).

O que nossos dados mostram é que o grupo mais afetado pelas medidas de combate à pandemia foram as crianças. Esse impacto não se deu apenas no aprendizado, com algumas crianças sem acesso ao ensino remoto, mas também no processo de socialização em uma fase crítica do desenvolvimento do indivíduo.

A pandemia e a avaliação dos governos

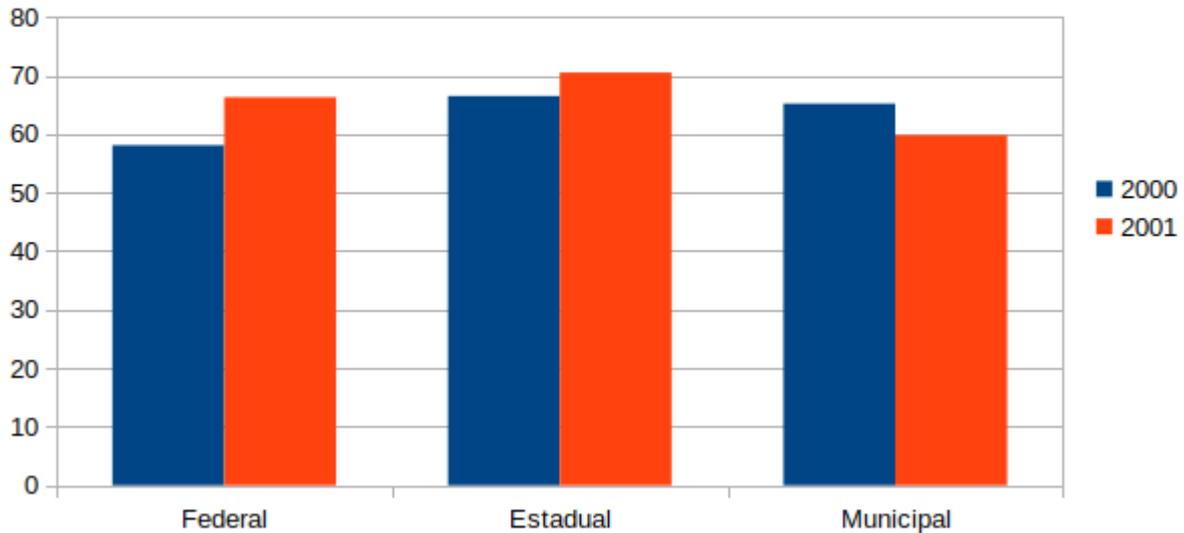
Nos primeiros meses da pandemia houve uma disputa entre os níveis de governo federal e estadual quanto ao grau de autonomia na execução das medidas de combate à doença. O governo federal se opunha a medidas propostas pelos estados, como o isolamento social e a obrigatoriedade do uso de máscaras, ao mesmo tempo em que promovia o uso de medicamentos comprovadamente sem eficácia. Essas disputas foram resolvidas quando o Supremo Tribunal Federal decidiu, ainda em 2020, que União, estados, Distrito Federal e municípios têm competência concorrente na área da saúde pública para realizar ações de mitigação dos impactos do novo coronavírus.

A população fluminense, de fato, compreendeu que competência do combate da doença era compartilhada, embora houvesse uma percepção de uma maior responsabilidade do Governo Federal.



A avaliação da atuação dos governos foi sempre negativa, sendo considerada com pouco adequada ou nada adequada por mais de 60% dos entrevistados, independente do nível de governo.

Proporção de entrevistados que considera a atuação do governo pouco adequada nos diversos níveis.

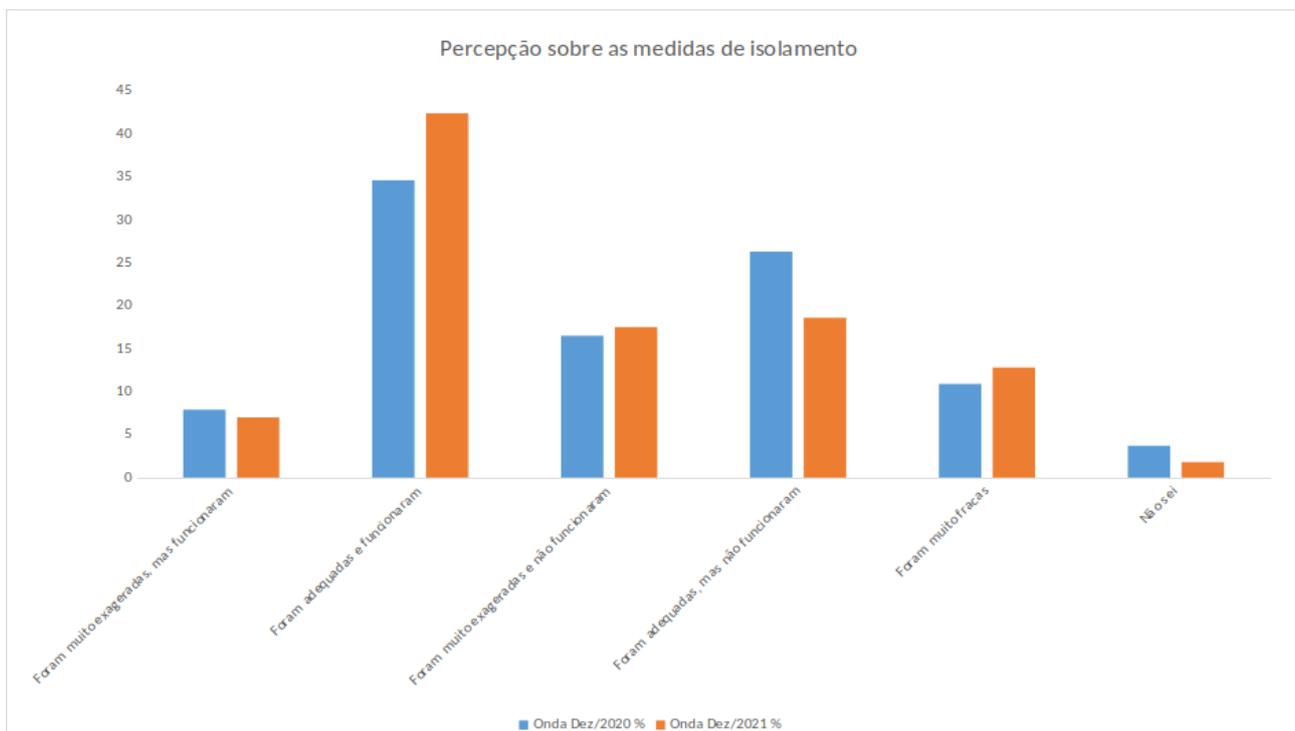
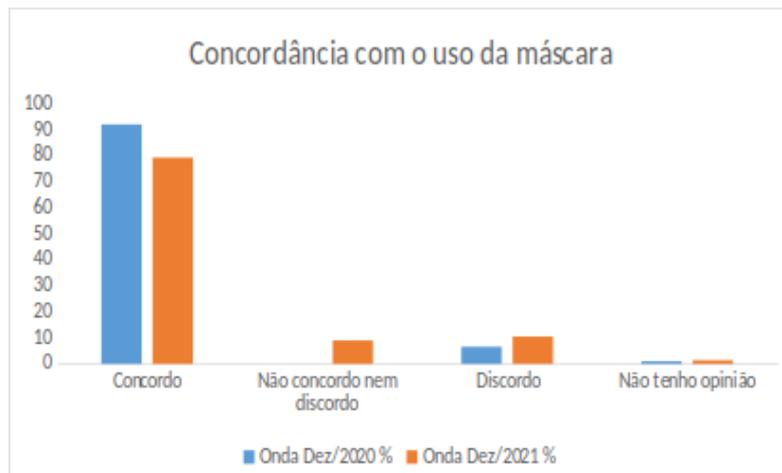


A avaliação da atuação do presidente sempre esteve muito correlacionada com o voto em 2018. Enquanto 39%, em 2000, e 43% em 2001, dos eleitores de Bolsonaro avaliavam como não adequada a atuação do presidente. Essa proporção sobe para 87%, em 2000 e 96%, em 2001 entre eleitores de Haddad.

Avaliação da resposta do governo federal e voto em 2018

	Onda Dez/2020										Onda Dez/2021							
	Jair Bolsonaro		Fernando Haddad		Não lembro		Não votei		Jair Bolsonaro		Fernando Haddad		Não lembro		Não votei			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Muito adequada	114	25	5	3	5	5	11	5	126	29	1	1	3	3	9	3		
Adequada	119	26	7	4	15	16	32	14	124	29	7	4	23	24	45	16		
Pouco adequada	103	23	37	20	30	32	78	34	111	26	44	23	43	44	102	37		
Nada adequada	74	16	124	67	25	26	89	38	72	17	141	73	29	30	121	44		
Não sei	42	9	11	6	20	21	23	10										
Total	452	100	184	100	95	100	233	100	433	100	193	100	98	100	277	100		

Embora a avaliação da atuação dos governos tenha sido eminentemente negativa, a população aderiu às medidas sanitárias, como o isolamento social e o uso de máscara avaliando positivamente essas medidas.



A adesão às medidas sanitárias se deu sem grandes diferenças entre regiões do estado, nível socioeconômico ou inclinação política. Aqui, como também na percepção sobre a gravidade da doença ou sobre a vacina, as diferenças de avaliação não se revelam em diferenças nas atitudes.